

## BIBLIOTECAS ESCOLARES E A NÃO CONSERVAÇÃO DOS ACERVOS PRODUZIDOS PELA CULTURA ESCOLAR - NAVIRAÍ/MS (1986 – 2010)

Elaine RODRIGUES\*

Roseli Maria Rosa de ALMEIDA\*\*

**RESUMO:** O artigo insere-se no debate acerca das bibliotecas escolares no município de Naviraí, estado de Mato Grosso do Sul. Trata de resultados parciais de pesquisa de tese que tem por objetivo investigar o acesso dos alunos do ensino fundamental e médio ao acervo literário das bibliotecas, no período de 1986 a 2010. O trabalho tem como marco cronológico o ano de 1986, período de implantação da primeira biblioteca escolar no município e 2010, ano de publicação da Lei Federal nº 12.244, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. A pesquisa emprega a análise documental como metodologia e utiliza instrumentos da história oral, como as entrevistas. As fontes utilizadas são: livros de tomo destinados ao registro das obras literárias; livros e/ou fichas de empréstimos; *croquis* elaborados com a disposição de móveis e materiais; obras literárias enviadas às bibliotecas pela FAE e por meio do PNBE e entrevistas a partir de questionário semiestruturado. Roger Chartier figura como principal autor que ampara a análise. Os resultados parciais apontam dificuldades de preservação dos materiais documentais produzidos na escola, seja pelo desconhecimento da importância desses documentos para a preservação da memória e história da educação no país, seja pela dificuldade de acesso e de uso de tecnologias mais avançadas de armazenamento de dados. Assim, a cultura escolar que predomina em alguns espaços é a de descarte documental e da não valorização da biblioteca escolar como ambiente preponderante para a socialização do patrimônio cultural.

124

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Educação. Leitura. Acervo literário. Memória. Descarte documental.

### SCHOOL LIBRARIES AND NON - PRESERVATION OF THE ACERVES PRODUCED BY SCHOOL CULTURE - NAVIRAÍ/MS (1986 - 2010)

**ABSTRACT:** The article is part of the debate about school libraries in the municipality of Naviraí, in the State of Mato Grosso do Sul. It deals with partial results of a thesis research that aims to investigate the access of primary and secondary school students to the literary collection of libraries, in the period from 1986 to 2010. The work has as a chronological landmark the year of 1986, the first school library in the municipality, and 2010, the year of publication of Law 12,244 of May 24, which deals with the universalization of libraries in the country's educational institutions. The research employs documentary analysis as a methodology, as well as oral history instruments, such as interviews. The sources used are: Tombo books intended for the registration of literary works; books and / or loan forms; sketches elaborated with the arrangement of furniture and materials; literary works sent to libraries by the FAE and through the PNBE and semi-structured interviews. Roger Chartier

\*Doutora em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) Júlio de Mesquita Filho. Professora Associada do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). *E-mail:* elaineppeuem@gmail.com

\*\*Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente no Curso de Pedagogia da UFMS, *Campus* de Naviraí (CPNV). *E-mail:* roselimariarosa@yahoo.com.br

figures as the lead author of the analysis. The partial results indicate difficulties in preserving the documental materials produced at school, either because of the lack of knowledge of the importance of these documents for the preservation of the memory and history of education in the country, or because of the difficulty of access and use of more advanced data storage technologies. Thus, the school culture that predominates in some spaces is that of documentary discarding and the non-valuation of the school library as the preponderant environment for the socialization of cultural heritage.

**KEYWORDS:** History of Education. Reading. Literary collection. Memory. Documentary discard.

## Introdução

O texto ora apresentado refere-se a uma pesquisa de tese em andamento, como um recorte do trabalho, e divide-se em três partes: na primeira é realizada uma introdução em que se apresentam os objetivos da pesquisa; a segunda parte trata das mudanças que as práticas de leitura apresentaram ao longo dos séculos; na terceira, expõem-se as relações entre cultura escolar e bibliotecas escolares. Por fim, destacam-se resultados iniciais do trabalho, que mostram o descarte documental produzido no âmbito de algumas escolas do município pesquisado.

Os estudos sobre história da leitura e cultura escolar constituíram a base teórica da pesquisa de mestrado, realizada em 2009. Com esse viés, ampliou-se a intenção de pesquisar as bibliotecas escolares, espaços *em tese* destinados à leitura. Com o intuito de aprofundar o trabalho sobre os espaços necessários para o desenvolvimento de uma cultura literária na escola, desde 2011, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Prática Educativa e Tecnologia Educacional (GEPPETE), na linha de pesquisa “Leitura, Escrita e Literatura”, apresentou discussões

sobre a temática, especialmente quanto aos aspectos voltados ao acesso dos alunos da educação infantil, do ensino fundamental e do médio às bibliotecas escolares. Parte desses estudos voltou-se às questões relativas ao texto literário<sup>1</sup>.

Com relação ao trabalho de tese, começou a se configurar em 2015. O objeto de estudo partiu da necessidade apresentada em uma comissão formada, no ano de 2011, por profissionais ligados às áreas de Educação e Cultura, bem como às Universidades do município de Naviraí/MS, que discutiram o Plano Municipal do Livro e da Leitura (PMLL). O esboço inicial dos trabalhos indicou o imperativo de dados mais aprofundados sobre o acesso ao livro e à leitura no município, evidenciando, assim, a necessidade de pesquisas, inclusive com relação às bibliotecas escolares.

Ao estabelecer os objetivos da pesquisa, verificou-se a necessidade de analisar a cultura instituída ao longo do tempo em bibliotecas de escolas públicas do município de Naviraí/MS, a fim de compreender os mecanismos de organização do espaço e das práticas de leitura literária. Com relação aos objetivos específicos,

pretende-se: a) analisar e descrever práticas de leitura de textos literários que foram se constituindo ao longo do tempo, no espaço das bibliotecas escolares; b) analisar documentos e materiais produzidos na cultura escolar que possam evidenciar as formas de organização das bibliotecas no período pesquisado (1986-2010); c) descrever práticas de mediação didática encontradas nos documentos e nos materiais da cultura escolar, em relação à leitura literária.

Há de se considerar a relevância desses espaços na escola, que é uma instituição não imune às mudanças e aos ideais de um grupo social em uma determinada época. A escola constrói cultura/s que é/são permeada/s por valores, crenças e concepções dos agentes que nela arquitetam seu cotidiano. Assim indagamos: Que documentos mostrariam o acesso dos alunos aos textos literários? Os sujeitos leitores liam nos espaços de bibliotecas? Empréstavam livros? Os/as professores/as levavam obras das bibliotecas para as salas ou realizavam alguma estratégia metodológica que propiciasse o acesso dos alunos às obras no espaço da biblioteca? Havia algum tipo de organização no espaço e/ou estratégia metodológica que facilitasse ou dificultasse o acesso às obras literárias? Quais foram as práticas de leitura construídas ao longo do período pesquisado?

Com essas indagações e a partir de um levantamento preliminar, estabelecemos as fontes para o desenvolvimento do

trabalho: livros de tombo<sup>2</sup> destinados ao registro das obras literárias; livros e/ou fichas de empréstimos; *croquis* elaborados com a disposição de móveis e materiais; obras literárias enviadas às bibliotecas pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). A partir do olhar para as fontes, por meio de um método de análise documental, delineou-se também um instrumento utilizado pela história oral (entrevista semiestruturada), para utilização com as pessoas responsáveis pelas bibliotecas escolares do município. Esse instrumento tem por objetivo complementar dados e “espaços” ainda não interpretados pelas demais fontes.

### 1 História da leitura: da interdição à divulgação das práticas

A pesquisa bibliográfica do trabalho foi permeada pela história da leitura e das bibliotecas, além das investigações sobre cultura escolar. Pesquisas históricas esclareceram que o acesso à leitura e aos espaços destinados ao livro se constituiu de diversas formas. Conforme se pode analisar nos estudos da história da leitura (ABREU, 1999, 2003; CAVALLO; CHARTIER, 1998; CHARTIER, 1994, 1999a, 1999b, 2001a, CHARTIER; HÉBRARD, 1995), o acesso ao livro e também às práticas de leitura alterou-se significativamente, em especial nos séculos XVIII (com períodos de interdição e críticas às práticas de

leitura) e XIX (período em que a socialização da leitura passou a ser apoiada, especialmente por meio da escola).

Em estudos de 100 anos de leitura na França - 1880 a 1980 -, Chartier e Hébrard (1995) identificaram posicionamentos diversos que, embora aparentemente antagônicos, passaram, no final do século XIX e início do século XX, a constituir um discurso uniformizado de que a leitura seria uma necessidade e funcionaria como redentora de todos os problemas educacionais e sociais. Além disso, a escola seria uma das responsáveis por promover tanto a leitura de entretenimento quanto a de informação.

Para apontar questões sobre as bibliotecas escolares<sup>3</sup> na sociedade contemporânea, optou-se primeiramente pelo resgate do papel de determinados conhecimentos, construídos historicamente, e sua vinculação à instituição escolar, que ganhou grande impulso no século XIX na Europa. Em busca de uma historiografia do valor que determinados saberes passaram a ter na sociedade, Hébrard (1990) nos chama a atenção para o período compreendido pelos estudiosos como da Idade Moderna, em que parece se configurar uma trilogia dos conhecimentos, ler-escrever-contar, vinculados, a partir desse período, a uma instituição que se consolidaria progressivamente e que ampliaria significativamente seu papel na sociedade: a escola.

Para Hébrard (1999), a escola nem sempre foi o local dessas

primeiras aprendizagens; no entanto, progressivamente, ela ganhou esse *status* legitimador dos saberes. Para o autor, até a Revolução, na França, “[...] aprendia-se a ler, antes de aprender a escrever, depois a desenhar os números” (HÉBRARD, 1999, p. 40) e poucas crianças continuavam além do que eram chamadas de classes de leitura. Hébrard (1990, p. 65) expõe, ainda, que, no período entre os séculos XVI a XVIII, “[...] não existiu, nem existe hoje, no campo das disciplinas universitárias, ao lado da matemática e da geografia, um campo de estudos cujo objeto específico fosse a leitura”. Essas aprendizagens prévias foram progressivamente incorporadas à escolarização e legitimadas gradativamente pela escola. O autor (1990) observa que, antes de serem disciplinas escolares, o ler-escrever-contar eram atividades de profissionais que trabalhavam com o latim, língua que exigia uma longa familiaridade.

Ao discorrermos sobre os saberes elementares, é imprescindível nos atentarmos para o fato de que eles são pré-requisitos de outras aprendizagens. Não obstante, não era somente a escola a responsável pela transmissão desses conhecimentos em outros momentos da história, pois os locais em que eles eram ensinados eram tanto não escolares, quanto escolares. Dessa forma, pesquisas mostraram que as práticas de leitura passaram a compor o espaço escolar a partir do momento em que se expande o processo de escolarização, que

ocorre por volta do século XIX na Europa. Antes se observou que esses saberes elementares (HÉBRARD, 1990, 1999) eram aprendidos na família.

Para Hébrard (1990), a difusão da leitura se estabeleceu a partir da necessidade de uma adequação da tradição cristã oral para a possibilidade de acesso à religião. É importante considerar também que o aparecimento de novos grupos de leitores em um território é dependente de numerosos fatores. Na própria França, local em que o pesquisador realizou alguns estudos, a expansão da leitura e escrita não foi um processo linear e homogêneo — foi preciso avaliar diversos dados que colaboraram ou não para essa difusão.

O século XVIII marcaria, ainda, momentos de diversas mudanças nas práticas de leitura. Em pesquisa de Abreu (1999) ficou evidente que a possibilidade de acesso a determinadas leituras dividiria grupos, pois “[...] dizia-se que os livros divulgavam ideias falsas, fazendo-as parecer verdadeiras, estimulando demasiadamente a imaginação, combatiam o pudor e a honestidade” (ABREU, 1999, p. 11). A autora cita que muitos movimentos de interdição da leitura estiveram presentes na história e que a leitura não foi considerada, em todos os períodos, algo benéfico. Abreu (1999) explica, ainda, que no século XVIII, alguns autores afirmavam que a leitura poderia oferecer perigo inclusive para a saúde das pessoas, desde o

esgotamento dos nervos até inconvenientes físicos.

Chartier (1991) também destaca o século XVIII como o momento que ele chamou de “privatização da prática da leitura”, o que, para o autor é uma das principais evoluções culturais da modernidade. Essa privatização da prática de leitura, que possibilitou uma expansão da leitura silenciosa, não eliminou as práticas antigas de leitura em voz alta. O autor menciona que: “[...] ler em voz alta, para os outros ou para si mesmo, ler em grupos, ler por obrigação de trabalho ou por prazer são atos que não desaparecem com a revolução da leitura no silêncio e na intimidade” (CHARTIER, 1991, p. 113).

As bibliotecas também adotaram um modelo “silencioso” a partir da modernidade (CAVALLO; CHARTIER, 1998), pois poucos ruídos eram permitidos ao leitor naquele espaço. No século XVIII ocorreu ainda um crescimento da produção de livros e a ampliação de bibliotecas, momento a que Chartier (1999a) chamou de “segunda revolução da leitura”. Essa ampliação expressiva da produção e das possibilidades de leitura se expressou em países como a Alemanha, a Inglaterra, a França e a Suíça e levou ao “[...] desenvolvimento de novos gêneros textuais e novas práticas de leitura” (CHARTIER, 1999a, p. 24). Essas novas possibilidades se apoiaram em diferentes circunstâncias: “Crescimento na produção do livro, que triplicou ou quadruplicou entre o início do século e os anos 80, a multiplicação



e transformação dos jornais, o triunfo dos livros de pequeno formato e a proliferação de instituições [...]” (CHARTIER, 1999a, p. 24). Essas instituições possibilitaram o acesso aos livros sem precisar comprar, ou seja, eram sociedades de leitura, bibliotecas de empréstimo e clubes do livro, que facilitaram a leitura nesse período.

Com a possibilidade de ler mais textos e a diversificação de materiais impressos, alguns leitores passaram de uma leitura intensiva para uma leitura extensiva, ou seja, “[...] os leitores tradicionais tinham acesso a um conjunto de livros fechado e limitado, os quais eram lidos e relidos, memorizados e recitados, possuídos e transmitidos de uma geração para outra” (CHARTIER, 1999a, p. 25), mas, a partir de então, começaram a ter uma relação “[...] mais irreverente e desprezada” (CHARTIER, 1999a, p. 25) com a leitura, embora esse estilo de leitura não excluísse o outro.

Observou-se, dessa maneira, que a leitura nem sempre apresentou o mesmo valor e as mesmas formas, demandando sempre a percepção de que tanto os leitores quanto as formas e objetos de leitura tomaram sentidos diferentes, em diferentes tempos e espaços. No século XIX, segundo Chartier (1999a), ocorreu outra “revolução da leitura”, com a ampliação do número de leitores e a entrada de novas categorias (mulheres, crianças, trabalhadores), que foram apresentados à cultura impressa.

Ao mesmo tempo, “[...] a industrialização da produção de impressos trouxe novos materiais e modelos para a leitura” (CHARTIER, 1999a, p. 26).

Já a partir do século XX “[...] imagina-se que a leitura, revestida de uma aura positiva, é capaz de proporcionar os mais variados benefícios: tornar os sujeitos mais cultos e, por consequência, mais críticos, mais cidadãos, mais verdadeiros” (ABREU, 1999, p. 10), o que traz a ideia de leitura como algo muito bom e indispensável. Os programas de incentivo à leitura e as propostas que tentam aproximar os alunos dessa prática foram fortemente apoiados.

Na época contemporânea, Chartier (1999a) identifica uma nova revolução, que muda não só o suporte dos textos, mas também a forma de os leitores lidarem com a leitura, que é a do mundo dos textos eletrônicos. O historiador sinaliza para essa nova configuração de leitura, alertando-nos para o fato de que não deve ser uma forma de “[...] implicar o rebaixamento, o esquecimento ou, pior ainda, a destruição dos objetos que encarnaram, e encarnam, originalmente, os trabalhos do passado e do presente” (CHARTIER, 1999a, p. 30). Antes de qualquer coisa, é preciso que, mesmo com a revolução do livro eletrônico, as bibliotecas possam “[...] colecionar, proteger, inventariar e, finalmente, tornar acessível a herança da cultura escrita” (CHARTIER, 1999a, p. 30).

As incoerências do acesso, no entanto, continuam, e se há uma revolução do suporte, ele nem por

isso está acessível a todos. Segundo Chartier (2001b, p. 72), “Neste mundo universal há um risco de que aumentem as distâncias entre os que manejam o novo tipo de comunicação e os que estão fora [...]”. Dessa maneira, e apesar de todos os suportes disponíveis, com a impressão de volumosas quantidades de livros, jornais, revistas etc., a época contemporânea convive com os discursos do baixo desempenho em leitura, a falta de “boas” leituras, que se aproximam dos discursos do final do século XIX até meados do século XX na França, quando se reclamava: “Os franceses não leem”.

No Brasil, os discursos de baixa frequência de leitura são apregoados na mídia, na escola e em diversos segmentos, que, sob a pretensa ilação de formação de leitura, proclamam programas de incentivo<sup>4</sup>. Britto (2003), ao analisar a pesquisa do Índice Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF) no Brasil, realizada pelo Instituto Paulo Montenegro e pela Ação Educativa, em 2001, revelou que, apesar de a leitura ser considerada um valor, os dados não são nada estimulantes, pois mostram que há uma estreita correlação entre alfabetismo e condição social: “Enquanto apenas 14% dos sujeitos das classes D e E estão enquadrados no nível mais alto de alfabetismo (nível 3), 58% dos sujeitos das classes A e B localizam-se neste nível [...]” (BRITTO, 2003, p. 54).

Embora haja um reconhecimento do valor da cultura escrita, os dados mostram que há

diferenças significativas no acesso aos objetos dessas práticas, uma vez que:

[...] do total da amostra, apenas 17% responderam que costumam utilizar o computador, sendo que 57% dos indivíduos das classes A e B fazem isso, contra apenas 5% das classes D e E [...]. Também a leitura frequente de jornal reforça essa análise: 66% das classes A e B contra 24% das classes D e E afirmam ler jornal pelo menos uma vez por semana [...]. Deve-se lembrar que a leitura do jornal implica investimento financeiro ou frequência a lugares em que o jornal esteja disponível (BRITTO, 2003, p. 54).

As dificuldades decorrentes do acesso, inclusive às bibliotecas públicas, também são ressaltadas na pesquisa, além de dados sobre a participação política dos entrevistados. Dessa maneira, os dados revelam que há diferenças significativas no acesso a essa cultura, especialmente pelas camadas populares, para quem a escola ainda é um dos espaços de socialização cultural.

## 2 Cultura escolar e bibliotecas escolares: o descarte documental

A história das bibliotecas não foi tão ignorada como se parece acreditar. O historiador Battles (2003) registra momentos de verdadeiro tumulto no que ele considera a “conturbada história” desses espaços. Desde a biblioteca de Alexandria, até outros momentos da história, as bibliotecas tiveram interdições, controles, até se tornarem espaços mais amplos e abertos ao público em geral. Ainda assim, a censura atuou em diversos

períodos para interditar aos leitores as obras consideradas *proibidas*.

Cavallo e Chartier (1998) destacam que as práticas de leitura foram se alterando, bem como os ambientes das bibliotecas, que passaram de espaços de *guarda dos livros* a uma nova redefinição, principalmente quando essa instituição saiu do silêncio do monastério para se tornar urbana e exercer novas funções, como o empréstimo das obras. Com as mudanças e descobertas compreendidas entre 1800 e 1900, no campo da ciência e da cultura, a humanidade experimentou avanços consideráveis, o que impactou também o papel da leitura e das bibliotecas (KLEBIS, 2006). Para Klebis (2006, p. 72), “[...] a biblioteca do século XIX é fruto dessas múltiplas heranças que se acumularam desde Alexandria”.

No Brasil, estudos mostraram que os jesuítas trouxeram os livros que circularam nos conventos no período colonial. No entanto, o momento mencionado foi de grande censura, em que qualquer edição dependia de autorização episcopal e havia uma grande lista de obras consideradas proibidas (MILANESI, 1985). Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, as bibliotecas dos religiosos permaneceram no país, mas vários materiais se perderam pela falta de conservação.

A chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro “[...] provocou profundas mudanças no país. Com os tesouros da corte, o rei incluiu em sua frota um precioso carregamento: a Biblioteca Real”

(MILANESI, 1985, p. 29). Essa biblioteca mais tarde foi aberta ao público e constituiu o acervo básico da conhecida Biblioteca Nacional. Com a proclamação da Independência, ampliaram-se as bibliotecas, mas ainda no início do século XX “[...] o índice de alfabetizados não chegava a 30%” (MILANESI, 1985, p. 31), o que preocupava intelectuais e educadores. Klebis (2006, p. 74) destaca que:

A partir da segunda metade do século XIX, começam a surgir por todo o Brasil diversas bibliotecas, gabinetes e sociedades de leitura, a maioria desses espaços constituídos através de doações de comerciantes e “senhoras” de famílias da elite brasileira.

Já as bibliotecas escolares surgiram a partir da criação das escolas normais, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Uma dessas primeiras bibliotecas foi a da Escola Estadual Caetano de Campos, na cidade de São Paulo, inaugurada em 1925 e reinaugurada em 1936, ligada aos princípios da Escola Nova (KLEBIS, 2006). A criação dessas bibliotecas estava ligada aos princípios republicanos e à ideia de transformação social.

A partir dessas considerações, nos questionamos: No século XXI, qual é a cultura incorporada pelas bibliotecas escolares no Brasil? Quais são suas heranças e subversões? Será que as bibliotecas escolares incorporaram também uma cultura de censura? Ou incorporaram uma cultura de abertura para os leitores? Para



elucidar esses aspectos, conjecturamos compreender melhor as discussões sobre cultura escolar. Os debates sobre cultura escolar foram intensificados no Brasil a partir da década de 1990, com a publicação dos trabalhos dos historiadores Chervel (1990), Forquin (1993), Julia (2001), entre outros. Em Silva (2006, p. 201) podemos observar que “[...] os trabalhos sobre cultura escolar surgiram nos anos de 1980, mas a ideia de uma cultura escolar se fortaleceu nos anos de 1990, apresentando atualmente diferenciadas tendências investigativas”.

Algo que está sempre presente nos estudos sobre essa questão é a superação da ideia da escola como local que apenas reproduziria a cultura de fora. Há, nos trabalhos sobre as práticas culturais, a compreensão de que a escola também é um local de *produção*, por meio de saber próprio, construído na própria instituição, e que, inclusive, pode extrapolar os muros da escola. Assim, não se pode considerar a cultura escolar como “[...] simples reprodutora, tampouco refratária a mudanças” (SILVA, 2006, p. 207), mas, sim, com uma identidade singular, “[...] fundada em uma infinidade de práticas adaptadas a situações sempre renovadas, sem nunca se constituir em princípios explícitos” (SILVA, 2006, p. 207).

Pesquisadores como Faria Filho et al. (2004, p. 151) evidenciaram que o estudo da dinâmica da cultura escolar permitiu aos estudiosos brasileiros “[...] perceber os constrangimentos

sociais e escolares a que os sujeitos escolares estão submetidos [...]”. É, no entanto, possível destacar também “[...] as artimanhas criativas postas em ação por estes mesmos sujeitos para dar conta de dar sentido às suas ações e, de uma forma geral, à própria escola” (FARIA FILHO et al., 2004, p. 151). Observa-se, dessa maneira, que a cultura escolar não pode ser desvinculada da cultura mais ampla. Também em Pessanha, Daniel e Menegazzo (2004) podemos notar que, apesar de se considerar que há uma especificidade na vida interna da escola, o uso da expressão cultura escolar não sugere a existência de uma cultura oposta ou desvinculada da cultura da sociedade.

É nesse contexto de produção de uma cultura própria que a biblioteca escolar se encontra, permeada também por ideias, valores e concepções de seus agentes em um tempo e espaço específicos. Como destaca Fragoso (2002, p. 126), “[...] a situação da biblioteca escolar é reflexo do contexto em que ela tem existência, qual seja, o da educação”. Assim, não se pode desconsiderar o lugar ocupado pela educação e pela cultura em nosso país, fruto da falta de continuidade das políticas e do descaso com as ações culturais.

Para Klebis (2006, p. 80-81), as bibliotecas “[...] sintetizam essas muitas vertentes herdadas ao longo dos séculos, de modo que as imagens que as representam hoje incorporam traços muitas vezes indiscretos dessa herança cultural milenar que faz da biblioteca um

espaço plural [...]”. Pode-se afirmar que herdaram questões múltiplas, mas que sofreram também as adaptações e o contorno da cultura escolar. Em suma, em direção a esses espaços:

[...] confluem diferentes modelos arquitetônicos e funcionais; diversas formas de organização, disposição e circulação de acervos, variadas condutas e posturas de bibliotecários e consulentes; múltiplas práticas de leitura e infinitas possibilidades de relacionamento entre leitores e livros (KLEBIS, 2006, p. 81).

A falta de implementação de políticas efetivas e permanentes de melhoria desses espaços no Brasil fez com que as reclamações e as denúncias sobre a baixa leitura e a precariedade do acesso ao livro fossem evidenciadas na mídia e na produção acadêmica. Como ressalta Lacerda (2007), às camadas populares ainda é reservada uma leitura instrumental, deixando-se de lado a leitura como forma de ampliação do universo cultural e de entretenimento.

Ao investigar as bibliotecas escolares, busca-se reconstituir uma história desses espaços por meio dos objetos materiais da cultura escolar, tanto aqueles que são conservados, como aqueles que são descartados, uma vez que nos descartes também encontramos a valoração de aspectos da cultura escolar. Como esclarece Julia (2001, p. 15): “A história das práticas culturais é, com efeito, a mais difícil de se reconstruir porque ela não deixa traço: o que é evidente em um dado momento tem necessidade de ser dito ou escrito?”. As pesquisas desse historiador na

França mostraram que nem sempre os trabalhos escolares foram preservados, especialmente sequer eram vistos como “importantes” fontes para o trabalho historiográfico.

Há de se ponderar que, a partir da renovação histórico-metodológica da “nova história”, engendrada pelo movimento da Escola dos *Annales*<sup>5</sup>, houve uma criticidade em relação às fontes e à materialidade dos objetos que demonstrariam as práticas culturais nos diferentes espaços sociais, inclusive na escola. Para Julia (2001, p. 15), “Poderíamos pensar que tudo acontece de outra forma com a escola, pois estamos habituados a ver, nesta, o lugar por excelência da escrita. Ora, os exercícios escolares escritos foram pouco conservados [...]”. Dir-se-ia que até certo período da história houve um descrédito em relação a essas fontes, que eram descartadas com o passar dos anos.

Com esses novos enfoques, os materiais escritos e outras fontes produzidas na/pela cultura escolar foram consideradas para o estudo das práticas culturais. Mesmo assim, entre as múltiplas heranças que se perpetuaram nas bibliotecas escolares, destaca-se o pouco valor dado aos objetos documentais, além da destruição do patrimônio cultural no Brasil. É importante, no entanto, para o campo da história da educação no país, considerar especialmente os arquivos escolares como fontes privilegiadas de conhecimento e de recomposição de memórias e histórias. Destarte:

É inegável que a dispersão e a destruição dos acervos escolares ainda é recorrente, mas é a nossa própria utilização dos registros que as escolas guardam, mesmo que lacunares, que vai, ao mesmo tempo, ajudando a forjar e a espalhar a consciência da sua importância junto às instituições que os portam (NUNES, 2003, p. 12).

Simões (2012, p. 221-222), ao comentar a produção e os usos das fontes no Espírito Santo, destaca o que muitos estados brasileiros vivenciam: “[...] a precariedade da preservação das fontes, a escassez de produções historiográficas sobre a educação no Estado e os desafios teórico-metodológicos do entrecruzamento de fontes plurais [...]”. A grande relevância das fontes documentais para o campo da história e, conseqüentemente, para o da história da educação, não inviabiliza a pluralidade de materiais a serem pesquisados. A definição de quais fontes e de como as utilizar, eis o que é apreciado mediante o objeto de pesquisa e as questões teórico-metodológicas do trabalho.

Hão de se considerar ainda as condições de materialidade tanto das fontes de pesquisa, quanto, em especial, a precariedade das bibliotecas escolares no Brasil. Infelizmente, o que encontramos inicialmente, em algumas escolas, na catalogação de fontes documentais, foi o descarte de materiais da cultura escolar que contariam um pouco da história e da memória das bibliotecas escolares em Naviraí/MS.

## Considerações Finais

Buscou-se, neste trabalho, apresentar um recorte sobre o trabalho de tese em andamento. Ainda que tenha sido realizado previamente um levantamento das possibilidades para a investigação de práticas de leitura de obras literárias em bibliotecas escolares públicas do município de Naviraí/MS, isso relativo ao período de 1986-2010, o contato direto com as fontes, as dificuldades de preservação do patrimônio histórico, o descarte de determinados materiais, todas essas foram questões que se colocaram como dificuldades para o pesquisador.

A partir do levantamento preliminar de fontes e no decorrer do trabalho de catalogação, durante o ano de 2015, foi constatado que as bibliotecas escolares pesquisadas em Naviraí/MS (sete das dez existentes) ainda não apresentavam um sistema informatizado para cadastro dos acervos de textos literários. Com isso, em algumas escolas, os livros e/ou as fichas de empréstimo de livros, com o passar dos anos, foram descartados (foram conservados apenas os livros de tombamento, em que são registradas as obras recebidas). Isso se deve à falta de espaço para a guarda dos registros e à não valoração desses objetos materiais enquanto fontes históricas, o que demonstra uma cultura escolar em que a biblioteca ainda não é considerada como espaço privilegiado de preservação da cultura.

Compreendeu-se, por meio do estudo bibliográfico e levantamento inicial das fontes para a tese, que mesmo os descartes de materiais escolares determinam aspectos da valoração de práticas culturais. Isso configuraria uma cultura escolar marcada pela singularidade de cada espaço e, ao mesmo tempo, permeada pelos valores, ideias e concepções de uma sociedade em uma determinada época.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. Percursos da leitura. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Leitura, História e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras/ALB/FAPESP, 1999.
- \_\_\_\_\_. As variadas formas de ler. In: PAIVA, A.; EVANGELISTA, G. P.; VERSIANE, Z. (Orgs.). *No fim do século: a diversidade - o jogo do livro infantil e juvenil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 121-134.
- BATTLES, M. *A conturbada história das bibliotecas*. Tradução de João Virgílio Gallerani Cuter. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.
- BRITTO, L. P. L. Sociedade da cultura escrita, alfabetismo e participação. In: RIBEIRO, V. M. (Org.). *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 2003. p. 47-63.
- BURKE, P. A nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992. Disponível em: <[http://etnohistoria.fflch.usp.br/sites/etnohistoria.fflch.usp.br/files/Burke\\_Nova\\_Historia.pdf](http://etnohistoria.fflch.usp.br/sites/etnohistoria.fflch.usp.br/files/Burke_Nova_Historia.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2016.
- CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (Org.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998.
- CHARTIER, A. M.; HÉBRARD, J. *Discursos sobre a leitura - 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995.
- CHARTIER, R. As práticas da escrita. In: ARIÉS, P.; CHARTIER, R. (Orgs.). *História da vida privada 3 - da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia da Letras, 1991.
- \_\_\_\_\_. Do códice ao monitor: a trajetória do escrito. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 21, 1994.
- \_\_\_\_\_. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, M. (Org.). *Leitura, História e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras/ALB/FAPESP, 1999a.
- \_\_\_\_\_. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999b.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Práticas da leitura*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001a.
- \_\_\_\_\_. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya*,

Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antônio Saborit. Porto Alegre: Artmed, 2001b.

CHERVEL, A. A história das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.

FARIA FILHO, L. M. et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FORQUIN, J. C. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1993.

FRAGOSO, M. G. Biblioteca na escola. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 124-131, 2002.

HÉBRARD, J. A. Escolarização dos saberes elementares na época moderna. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, RS, n. 2, p. 65-110, 1990.

\_\_\_\_\_. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. In: ABREU, M. (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado das Letras/ALB, 1999.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução de Gisele Souza. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 1, p.

9-44, jan./jun. 2001. Disponível em: <[www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/273/281](http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/273/281)>. Acesso em: 10 fev. 2016.

KLEBIS, C. E. O. *Leitura e envolvimento: a escola, a biblioteca e o professor na construção das relações entre leitores e livros*. 2006. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

LACERDA, N. G. Desarmando as armadilhas da exclusão em leitura: o jaguar lambendo as patas. In: 16º. COLE: NO MUNDO HÁ MUITAS ARMADILHAS E É PRECISO QUEBRÁ-LAS, 16., 2007, Campinas. *Anais...* Campinas, SP: Unicamp, 2007. Disponível em: <<http://www.alb.br/anais16cole>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

MILANESI, L. *O que é biblioteca*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

NUNES, C. Memória e história da educação: entre práticas e representações. In: LEAL, M. C.; PIMENTEL, M. (Orgs.). *História e memória da Escola Nova*. Rio de Janeiro: Loyola, 2003, p. 9-26. Disponível em: <[www.ufjf.br/.../Mem%25C3%25B3ria-e-Hist%25C3%25B3ria-da-Educa%25C3%25A](http://www.ufjf.br/.../Mem%25C3%25B3ria-e-Hist%25C3%25B3ria-da-Educa%25C3%25A)>. Acesso em: 10 fev. 2016.

PESSANHA, E. C.; DANIEL, M. E.; MENEGAZZO, M. A. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar:



reflexões sobre um campo de pesquisa. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 27, p. 57-69, set. -dez. 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. *Livro tombo*. Significado do termo tombo. SEEC, Curitiba, PR, 2017. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=46>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SILVA, F. C. T. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. *Educar*, Curitiba:

Editora da UFPR, 2006. p. 201-216.

SOARES, M. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, A.; BRANDÃO, H.; MACHADO, M. Z. V. (Orgs.). *A escolarização da leitura literária*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 17-48.

137

Recebido em: 15 de março de 2017  
Revisões requeridas: 8 de maio de 2017  
Aceito em: 30 de novembro de 2017

<sup>1</sup> Foram concluídos em 2013 dois estudos de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da UFMS/CPNV que investigaram o acesso ao texto literário em escolas do município, um especificamente sobre o acesso dos alunos do ensino fundamental (duas turmas de 4º ano) aos livros do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e o outro sobre como são as práticas de leitura literária em uma turma de 2º ano do ensino fundamental. Os resultados mostraram a exigência de repensar a cultura da escola quanto ao espaço das bibliotecas escolares e as dificuldades de acesso ao texto literário pelos alunos.

<sup>2</sup> O termo “tombamento” e a expressão “livro de tombo” provêm do Direito Português, em que a palavra “tombar” tem o sentido de registrar, inventariar, inscrever bens nos arquivos do Reino. Tal inventário era inscrito em livro próprio e que era guardado na Torre do Tombo, a torre albarrã, do Castelo de São Jorge, em Lisboa (Portugal) (SEEC/PR, 2017).

<sup>3</sup> Soares (2001) explicita que um conhecimento, quando entra na escola, é *escolarizado*. Entre as instâncias de escolarização da leitura, a autora cita a

biblioteca escolar. A escola se constitui por uma gestão do tempo e espaço, que determina uma cultura escolar.

<sup>4</sup> Utilizamos o termo “incentivo” para destacá-lo, uma vez que muitos projetos e programas de incentivo à leitura não tocam em uma questão fundamental, que é a cultura que se constrói em relação aos espaços de leitura, bem como a mediação didática nesses espaços.

<sup>5</sup>“A expressão ‘a nova história’ é mais bem conhecida na França. *La nouvelle histoire* é o título de uma coleção de ensaios editada pelo renomado medievalista francês Jacques Le Goff. Le Goff também auxiliou na edição de uma maciça coleção de ensaios de três volumes acerca de ‘novos problemas’, ‘novas abordagens’ e ‘novos objetos’. Nesses casos está claro o que é a nova história: é uma história *made in France*, o país da *nouvelle vague* e do *nouveau roman*, sem mencionar *la nouvelle cuisine*. Mais exatamente, é a história associada à chamada *École des Annales*, agrupada em torno da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations*” (BURKE, 1992, p. 2, grifos do autor).